



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS -----

----- DO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2006 -----

----- **ACTA NÚMERO NOVE** -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Edifício da Câmara Municipal de Manteigas, a Assembleia Municipal de Manteigas, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Senhor João Adelino Paixão Salvado, coadjuvado pelo Senhor António Lívio Martins Roque e pela Senhora Ermelinda Salvado, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: Aprovação da acta da sessão anterior. -----

----- Ponto dois: Período de antes da ordem do dia. -----

----- Ponto três: Período da ordem do dia. -----

----- Ponto três, um: Deliberação sobre a alteração dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

----- Ponto três, dois: Aprovação da proposta de seguro de acidentes pessoais para os Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Ponto três, três: Apreciação e aprovação do Plano e Orçamento para o ano de 2007. -----

----- Ponto três, quatro: Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Ponto quatro: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho. -----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças [ANEXO 1], para além dos mencionados, os Senhores Deputados Municipais: Albino Massano Leitão, Horácio Rabaça Gaspar, Albino Saraiva Cardoso, Patrícia Negrão Duarte Madeira (em substituição do Senhor Deputado André Craveiro Leitão), Fernanda Isento Pereira, Manuel José Correia da Silva Carvalhinho, Armandino Martins Suzano, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Alfredo Serra Carvalho Marcelo (em substituição do Senhor Deputado Bernardo da Graça Bicha Lemos dos Santos), Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Luís Pedro Matos Soares, Marco André Tacanho Massano (em substituição do Senhor Deputado José Quaresma Domingos), Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque. -----

----- Faltaram à reunião os Senhores Deputados Municipais André Craveiro Leitão, Bernardo da Graça Bicha Lemos dos Santos e José Quaresma Domingos, que justificaram a falta relativamente à presente sessão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Estavam também presentes o Senhor Vice-Presidente e os Senhores Vereadores Municipais. O Senhor Presidente da Câmara, por afazeres de representação autárquica no Corpo de Bombeiros de Manteigas, justificados pelo Senhor Presidente da Mesa, esteve ausente durante a primeira parte desta sessão.-----

-----Às **vinte horas e quarenta e cinco minutos**, constatada a existência de quórum, embora faltasse um Deputado Municipal, que entrou no início do ponto dois da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou **aberta a sessão** e passou de imediato ao ponto um.-----

----- PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR-----

-----O Senhor Presidente, informando os presentes da não existência de correcções às actas das sessões anteriores, pôs a **acta número sete** à votação, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com quinze votos a favor e três abstenções.-----

-----A **acta número oito** foi votada e **aprovada por maioria**, com nove votos a favor e sete abstenções.-----

-----Depois de assinadas pela Mesa, as actas foram entregues aos serviços administrativos da Câmara Municipal para serem **policopiadas e enviadas** aos presentes.-----

----- PONTO 2. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente procedeu à leitura da **correspondência chegada à Presidência da Assembleia Municipal**:-----

-----Vários postais de Natal que chegaram à Presidência da Assembleia e que, embora nomeados aqui, não constarão como anexos mas ficarão arquivados nos registos da Assembleia Municipal;-----

-----Três ofícios da Câmara Municipal de Manteigas, dando conta do seguinte:-----

----- [ANEXO 2] Cópia do ofício dirigido à Senhora Ministra da Cultura, questionando a **não atribuição de quaisquer verbas** do PIDDAC para a **Biblioteca de Manteigas**;-----

----- [ANEXO 3] Cópia do ofício dirigido ao INATEL, relativo ao **estudo preliminar da intervenção** que este pretende realizar no Complexo Lúdico-Termal de Manteigas;-----

----- [ANEXO 4] **Solicitação de informação actualizada** sobre as actividades desenvolvidas pela Assembleia Municipal;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- — Circulares da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando conta dos assuntos seguintes:-----

----- [ANEXO 5] Envio do Boletim nº 150 da ANMP;-----

----- [ANEXO 6] Envio do programa actualizado da **II Conferência sobre o Ordenamento do Território e Revisão dos PDM's**, que se realizou nos dias vinte e cinco e vinte seis de Outubro de dois mil e seis na Covilhã;-----

----- [ANEXO 7] Envio do projecto de **Parecer da ANMP sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2007**;-----

----- [ANEXO 8] Envio do Boletim nº 151 da ANMP;-----

----- [ANEXO 9] Envio da **Resolução do Conselho Geral** sobre as Propostas de Lei de Finanças Locais e do Orçamento de Estado para 2007, sobre o QREN 2007-2013 e sobre as recentes intempéries;-----

----- [ANEXO 10] Informação sobre o **Congresso do Poder Local** e Inauguração da Exposição, em Lisboa, no dia doze de Dezembro de dois mil e seis, e respectivo convite;-----

----- [ANEXO 11] Informação sobre a **inscrição de receitas** provenientes do Orçamento de Estado no Orçamento do Município para o ano de 2007;-----

----- [ANEXO 12] Últimas informações sobre a situação das **Finanças Locais em 2007**;-----

----- [ANEXO 13] Envio do Boletim nº 152 da ANMP;-----

----- — Ofício do Grupo Parlamentar do PSD, acusando a **recepção da Moção** aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de Setembro de 2006 [ANEXO 14].-----

----- — Ofício da Associação Manteigas Solidária, **solicitando informação de actividades** a desenvolver e a integrar no Plano de Actividades de 2007, enquadráveis nos objectivos do Programa PROGRIDE [ANEXO 15].-----

----- — Ofício da Casa Civil do Presidente da República, **agradecendo a carta relativa à Moção** aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de Setembro de 2006 [ANEXO 16].-----

----- — Ofício do Gabinete do Primeiro Ministro, informando que foi **prestada a devida atenção à Moção** aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de Setembro de 2006 [ANEXO 17].-----

----- — Ofício do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação, informando que o **Gabinete está a acompanhar o processo da SOTAVE** através de informações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

periódicas do IAPMEI, ainda que a capacidade de actuação das entidades públicas para reverter a situação seja diminuta [ANEXO 18].-----

----- — Carta da Banda Boa União – Música Velha, convidando para as **Comemorações em Honra de Santa Cecília**, Padroeira da Música, no dia vinte e dois de Novembro de dois mil e seis [ANEXO 19].-----

----- — Carta da Assembleia Distrital da Guarda, **convocando para uma sessão ordinária** que se realizará no dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e seis para discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento Ordinário para 2007 [ANEXO 20].-----

-----O Senhor Presidente informou, então, os presentes das **actividades mais importantes que desenvolveu** desde a última Assembleia, enquanto Presidente da Assembleia Municipal: ----

-----— **Acompanhamento** da actividade do Executivo da Câmara, através de várias reuniões, concretamente com o Senhor Presidente da Câmara;-----

-----— **Presença** no Congresso da ANMP, em Lisboa, a doze deste mês; -----

-----— **Participação** no jantar com os idosos de Manteigas, a dezasseis de Dezembro último;

-----— **Discussão** de algumas questões do Orçamento para 2007 e também sobre a resolução que o Orçamento teve em sessão de Câmara.-----

-----Perguntou de seguida aos presentes se algum dos Senhores deputados se queria pronunciar, dando a palavra ao Senhor Deputado Albino Leitão.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão referiu que **estamos a completar o primeiro ano de actividade** desta Assembleia Municipal e, do seu ponto de vista, é esta a altura ideal para fazer uma **reflexão** sobre a forma como têm decorrido os trabalhos, não só da Assembleia Municipal, como também dos órgãos autárquicos que com ela se relacionam. Em termos gerais, diria que a **actuação da Assembleia** se tem pautado por **três factores fundamentais** que, naturalmente, se repercutem em cada uma das três vertentes que aqui têm maior incidência: o Grupo Municipal do PSD, os Membros do Partido Socialista e a Câmara Municipal. Da parte do **Grupo Municipal do PSD**, constata-se uma permanente e total submissão ao que é proposto pela Câmara, sendo evidente uma manifesta **falta de criatividade e de criticismo** em relação às propostas que são apresentadas a esta Assembleia Municipal. Alturas houve em que, por evidência da argumentação do Partido Socialista, podia parecer que era possível agendar consensos mais alargados, mas a verdade é que quando chega a hora da votação, revelando uma grande falta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

criatividade, o PSD tem pura e simplesmente cumprido o seu dever estatutário de votar ao lado da Câmara Municipal. Em relação à **Câmara Municipal** os **reparos são maiores** tendo em conta que o Partido Socialista deu, durante o ano de dois mil e seis, todos os meios para que pudesse cumprir cabalmente as suas funções como órgão executivo. A Câmara Municipal começou o mandato e o ano actuando em consonância com os demais intervenientes na Câmara e na Assembleia Municipal, nomeadamente favorecendo a elaboração de um Plano de Actividades e Orçamento praticamente em conjunto para dois mil e seis e, pouco a pouco, foi-se conformando com a sua maioria, seja na Câmara, seja na Assembleia Municipal, vindo a desviar-se de um trabalho que mais frutífero seria se houvesse mais e melhores consensos. Da parte do **Partido Socialista** realça a **colaboração** que tem dado **a todos os órgãos autárquicos**, seja na Câmara, seja na Assembleia Municipal, e realça fundamentalmente o comportamento de boa-fé que têm mantido nesta Assembleia Municipal. Para desfazer quaisquer dúvidas, referiu o que se passou na última Assembleia Municipal, onde os membros do Partido Socialista estavam em maioria e, mesmo discordando em vários aspectos, votaram favoravelmente a proposta da Câmara Municipal. Pede que este assunto fique bem vincado para o Partido Socialista não ser referenciado em qualquer atitude de boicote ou de menos cortesia para com a Câmara Municipal. No entanto tem verificado que as propostas do Partido Socialista não têm tido vencimento, pelo que considera que não tem corrido bem, no sentido da vivência democrática, aquilo que têm sido as sessões da Assembleia Municipal. Para além da falta de qualidade de muitas das intervenções, a verdade é que **não têm sido eficazes e dinâmicas as decisões da Assembleia Municipal**, começando pela Câmara Municipal. Lembra que no princípio deste mandato, se aprovou uma resolução da Assembleia Municipal que obrigava a Câmara a apresentar em todas as assembleias municipais um relatório sobre determinados projectos, que todos nós consideramos estruturantes para o concelho, e só na última assembleia é que esse relatório apareceu, datado com uma data perfeitamente desadequada à data em que foi entregue ao membro do Partido Socialista, e o Senhor Presidente sabe disso, pois assinou o ofício numa data manifestamente desadequada. Por outro lado, e também em relação à Câmara, consideram que — assunto que melhor se poderá ver na próxima Assembleia Municipal — o Plano de Actividades de 2006, apesar de aprovado por unanimidade, não está minimamente a ser cumprido na sua execução. Apesar de formalmente se terem cumprido as regras formais do funcionamento da democracia, a verdade é que se tem assistido a uma degradação dos debates, onde por vezes se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

confundem interesses públicos com interesses meramente pessoais. Exemplo disso é o que aconteceu na penúltima Assembleia Municipal e continua ser perceber como é que o Senhor Presidente conseguiu desempatar a questão do IMI tendo votado, em última instância, a favor do Partido Socialista, tendo antes votado contra a proposta do Partido Socialista; é ainda o que aconteceu na última Assembleia Municipal, onde não foi incluído na Ordem de Trabalhos o ponto “Antes da Ordem do Dia”, quando o Regimento da Assembleia Municipal é claro, dizendo que nas reuniões extraordinária a assembleia não pode tomar outras deliberações que não sejam as constantes da ordem de trabalhos mas nada impede que seja inscrito um ponto antes da ordem do dia, eventualmente para que os assuntos possam ser discutidos. Informou que se reporta a esta assembleia específica por, nesse momento histórico, estar em cima da mesa a questão da Lei das Finanças Locais, que já perdeu, provavelmente, a acuidade. Em conclusão, considera que os Membros do Partido Socialista têm hoje melhores e redobradas condições objectivas para justificar a sua intervenção nos moldes que só eles saberão definir, para manter a atitude crítica em relação à falta de qualidade e dinâmica nas questões municipais e para continuar a pugnar pelos interesses dos munícipes do concelho que, naturalmente, continuarão a defender nesta Assembleia Municipal. Cabe-lhes essa responsabilidade, pela representatividade social e eleitoral de que dispõem. São a força política mais votada na Assembleia Municipal, embora respeitem as regras democráticas que levaram à concessão e ao funcionamento da Assembleia Municipal e, quanto à Câmara Municipal, ninguém pode pugnar para que um simples voto, um voto a mais — “sabe-se lá da justeza da sua legitimidade” —, possa constituir uma medida de desregulação, de desregulamentação ou de absoluta passividade. “É, pois, neste contexto, que avaliamos este ano de actividade desta Assembleia Municipal, certos de que com essas maiorias o município está a perder, a atrofia está a ganhar e os manteiguenses, esses com certeza, estão a ser penalizados. Mas nem por isso deixaremos de continuar a trabalhar a favor do Município de Manteigas e, nesse aspecto, nesta Assembleia Municipal continuaremos de forma empenhada, de boa-fé e positivamente a apresentar as propostas que considerarmos as melhores para o Município de Manteigas”. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho depois de, também cumprimentar os presentes e desejar um Feliz Natal, respondeu a esta intervenção, na qualidade de líder do Grupo Municipal do PSD. Começou por dizer que **o ano ainda não terminou** e acha que o momento para apresentação de contas será na primeira assembleia do ano que vem, apesar da legitimidade da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

intervenção do Senhor Deputado. Em segundo lugar, crê que o **Grupo Municipal do PSD** tem a sua **autonomia e personalidade própria** mas não poderá deixar de transparecer o que o Partido Socialista acabou de afirmar, ou seja, que está de acordo com o que a Câmara Municipal tem feito. Por outro lado, não pode deixar passar em branco a acusação de não serem colaboradores e lembra que se estamos aqui no período da noite é porque, por proposta do PS, a Assembleia alterou a hora das sessões, se calhar contra os interesses da Câmara mas com a aquiescência de membros do PSD. Também não temos os estatutos da empresa municipal aprovados porque o PSD aceitou a proposta do PS. Apraz-lhe ouvir que os Membros do Partido Socialista tencionam continuar a colaborar. Refuta algumas acusações do PS, e faz questão de referir que as intervenções nesta assembleia são da responsabilidade de cada um. -----

-----Não havendo mais inscritos para falar, o Senhor Presidente tomou a palavra e começou por referir a questão da Câmara, dizendo que **mais fácil é criticar e apontar o que está mal** feito do que reconhecer o que foi bem feito. Por norma e por hábito, sabemos que as oposições só falam sobre o que está mal, nunca referindo o que está bem. Ao longo do ano foi acompanhando com frequência o Executivo da Câmara e não consegue descortinar onde a Câmara se desviou do rumo preconizado para o ano dois mil e seis. Não temos a mesma opinião do Partido Socialista nem somos obrigados a tê-la. Relativamente às questões de **funcionamento da Assembleia Municipal**, procura que as **assembleias sejam sérias**, procura que os **assuntos sejam tratados com seriedade, com honestidade e em prole dos interesses do concelho**. Pode, em última instância colocar alguma questão decisória com tendência política: é normal que o faça, toda a gente o faz e há-de continuar a fazê-lo. Garante, no entanto, aos senhores deputados e ao público presente que procurou que as reuniões fossem o mais sérias possível e procurou que os assuntos fossem tratados com dignidade, em defesa dos interesses do concelho. Se o Partido Socialista interpretou de outra forma, essa interpretação é totalmente da responsabilidade dos membros do Partido Socialista. Sobre a questão da falsidade da carta enviada ao Senhor Deputado Albino Cardoso, refere que já falou aqui deste assunto, já falou pessoalmente com o Senhor Deputado Albino Cardoso e considera despropositado continuar a falar deste assunto. A não inclusão, na última Assembleia, de qualquer ponto “Antes da Ordem do Dia” foi porque estaria mal informado, ou seja, a informação que tinha era que as Assembleias Extraordinárias eram única e exclusivamente para os trabalhos da Ordem do Dia. Mostrou aos presentes uma folha com anotações de vários assuntos que queria apresentar nessa Assembleia pois sabia que seria,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

eventualmente, curta, mas recebeu a informação de que só o ponto constante da Ordem de Trabalhos poderia ser agendado. Contrariamente ao que não foi feito para esta assembleia, o seu procedimento tem sido sempre o de telefonar ao Senhor Deputado Albino Leitão a perguntar se há algum assunto que o Partido Socialista queira levar às assembleias. No entanto, recorda que no fim da última Assembleia, informou o Senhor Deputado Albino Leitão da data para que pretendia convocar esta Assembleia e perguntou-lhe se havia algum assunto que o Partido Socialista queria ver tratado, tendo obtido a resposta de que a data não era inconveniente e que não havia qualquer assunto que quisesse ver incluído na ordem de trabalhos. Se há assuntos que o Partido Socialista tem interesse em discutir e que nunca foram apresentados é também porque nunca tiveram a preocupação de informar o Senhor Presidente. À afirmação do **Senhor Deputado Albino Leitão** de que o **Senhor Presidente o teria questionado apenas duas vezes**, este respondeu que se a situação fosse inversa consideraria “o recado dado” a partir da primeira solicitação. Quis deixar claro que **várias vezes foi perguntado ao Partido Socialista se tinha algum assunto que queria ver debatido em Assembleia** e quis também deixar claro que, ao longo deste ano, nas quatro ou cinco assembleias que já fizemos, **nunca o Senhor Deputado Albino Leitão disse “vamos discutir este assunto”**. É claro que, perante isto, os assuntos que chegam à Assembleia são os que o Senhor Presidente acha que devem ser programados. Afirmou ainda que só aceitaria estas observações se lhe tivesse sido pedido para agendar assuntos e ele não o tivesse feito. Mudando de assunto, “quando se diz que, devido ao mau funcionamento da Assembleia, perde o concelho, perdem os manteiguenses... Senhor Deputado Albino Leitão, sobre este tema, quero dizer que nem lhe vou responder, por uma razão muito simples: eu estou aqui claramente para defender os interesses do concelho. Isto que fique claro: se há gente que está nesta Assembleia para defender os interesses do concelho, de certeza não está num nível superior ao meu. Pode estar igual, superior não está de certeza. Sobre isto não tenho mais nada a dizer”. -----

-----Passou então o Senhor Presidente ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- PONTO 3. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- PONTO 3.1 DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- DELIBERAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO DOS LIMITES DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente aceitou inscrições dos Senhores deputados que se quisessem pronunciar sobre esta questão, nomeadamente sobre o documento que foi enviado aos Senhores deputados [ANEXO 21] e passou a palavra ao Senhor Deputado Armandino Suzano.-----

-----O Senhor Deputado Armandino Suzano, perante o documento que foi enviado aos Senhores deputados, considera que **difícilmente se poderá ter uma posição segura** pois considera que não estamos preparados para dar a nossa opinião e dizer se a alteração dos limites é ou não coerente. **Propôs** o Partido Socialista **que a Câmara convidasse um técnico do Parque** Natural da Serra da Estrela para nos explicar as alterações que se pretendem aos limites do Parque. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho lembrou que a Senhora Engenheira Paula Casteleira foi clara no ponto três do seu **parecer**, onde informa que “os **novos limites não colidem com os limites do concelho**”. Reconhece que a deliberação que temos de tomar tem de ser em consciência e que o mapa não é totalmente explícito, mas o parecer da engenheira é, no que toca ao concelho de Manteigas, suficientemente esclarecedor. Crê, por isso que a **proposta deve ser colocada à votação**. -----

-----O Senhor Presidente mostrou à Assembleia uma planta mais pormenorizada, pensando que ajudará a esclarecer melhor. O que está aqui em causa, disse, e pelas informações que procurou obter e análise que fez, constata que os novos limites não colidem efectivamente com os limites do Concelho de Manteigas e é isto que, no fundo, está em discussão. Estas **alterações** que são propostas para o Parque Natural **têm que ser aprovadas**, diz a legislação, **por todas as Assembleias Municipais dos Concelhos abrangidos pelo Parque Natural da Serra da Estrela**. A planta é esclarecedora, embora pudesse ter a marcação do Concelho para ser mais explícito, mas a questão que se coloca é que a técnica da Câmara diz que não colide e temos que aceitar como boa a sua palavra.-----

-----O Senhor Deputado Horácio Gaspar disse que a Câmara de Manteigas intervém numa unidade que se chama Parque Natural da Serra da Estrela e, independentemente de estar dentro do território de Manteigas, ou não, é nessa qualidade que “**somos accionistas deste Parque Natural**”. E, se bem que **não mexa directamente no nosso território, mexe numa entidade que nos diz respeito**, ou da qual somos partes. A **primeira questão** que se nos pôs foi que está aqui uma proposta mas não sabemos **quais foram os critérios** que determinaram que se incluíssem umas coisas e se excluíssem outras. Normalmente, para se tomar uma boa decisão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

convém que percebamos quais são esses critérios — até pode ser da conveniência de Manteigas que haja reduções em determinados concelhos e que haja aumentos noutros. O **segundo aspecto** é que, de facto, se não fosse um assunto determinante, havendo a **explicação desse técnico**, se calhar **podemos explicar melhor às pessoas do concelho** porque é que tomamos uma **decisão a favor ou contra**. Sem prejuízo do parecer da técnica da Câmara se reportar ao Concelho de Manteigas, do seu ponto de vista a **questão é outra**. À interrogação do Senhor Presidente sobre a que outra questão se refere, o Senhor Deputado esclareceu que a questão tem a haver com a **razão para haver umas áreas que são aditadas e outras que são subtraídas**. É por questões geográficas, é por razões de produtos, por razões de natureza? É isto que precisa de ser esclarecido. -----

-----O Senhor Presidente também colocou essa questão e a explicação que na altura lhe deram foi que isto **são decisões do Instituto de Conservação da Natureza**, que foi quem definiu o reajuste dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela. E a questão que importa para nós é esta: se não interfere com o Concelho, se não interfere com os nossos limites, porque é que havemos de estar a preocupar-nos tanto com isso? E, como **isto é uma formalidade**, pois os **concelhos pouca influência têm neste processo**, mesmo os que são abrangidos, podemos apenas arrastar o processo e isso trazer consequências, até a nível de aprovação de projectos, etc. Perguntou ao Senhor Vice-Presidente se queria acrescentar alguma coisa sobre isto. -----

-----O Senhor Vice-Presidente acha que houve uma **tentativa**, na Comissão de Estudos para o Ordenamento, **de fazer aproximar a área de intervenção do Parque daquilo que está previsto para a Rede Natura 2000**, embora não se tenha conseguido fazê-lo com absoluto rigor. -

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso sobre este assunto, e sobre aquilo que lhe é perceptível geograficamente pelo quadro apresentado, gostava que lhe fosse explicado melhor e a todos os deputados. Verifica que as **alterações** que se estão a propor **são em áreas urbanas** de Seia, Gouveia, Celorico, Covilhã e na Barragem do Caldeirão. “Nós não temos intenção de intervir nas zonas destes concelhos mas, como parte integrante do Parque, devemos preocupar-nos com **o porquê destas alterações**, o qual não nos é explanado. Jamais em juízo poderemos estar a fazer um voto cego, tal qual nos é proposto aqui. Defendemos o interesse do Parque mas não descuramos o interesse de Manteigas: até que ponto, eventualmente, foi considerada a possibilidade, aproveitando todo este processo (até porque todos os concelhos se vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

manifestar), de ser retirada uma área que nós todos possamos acordar que deva ser retirada do Parque? Provavelmente seremos o **concelho, dentro do Parque, que mais queixas tem**, não do Parque em si, mas **da influência que tem sobre o concelho**, e das restrições, dos limites e dos constrangimentos que se têm provocado desde que o Parque é Parque, desde 1976. E, por essas restrições que temos, todos nos sentimos dentro de um colete de forças que limita o nosso próprio desenvolvimento. Surgem **novas vozes** relativamente ao **benefício de zonas integradas** em parques naturais mas até lá, quando é que **a contrapartida** das pessoas residentes nessas áreas **chega, ninguém sabe**. Consideramos esta questão pertinente e é essa a razão do nosso pedido de esclarecimento para que possamos fazer uma votação séria e não cega”. -----

-----O Senhor Presidente questionou então o Senhor Deputado se tem a certeza absoluta que Manteigas tem capacidade para intervir neste tema, nesta discussão, nestes limites? Disse então que felizmente para o concelho de Manteigas nós não estamos abrangidos por isto porque se tivéssemos e se **as alterações tivessem a ver com o perímetro do nosso concelho provavelmente estaríamos aqui com outra disposição mas também sem grandes expectativas de conseguir fosse o que fosse**. Basta ler-se o Diário da República, na folha que nos chegou, para se ter a percepção de como estas questões estão. Podemos querer mais esclarecimentos, tentar saber porque foi aquela área e não outra, etc., e não vê inconveniente absolutamente nenhum na vinda de um técnico a uma próxima Assembleia, mas tem a certeza que não passará de um mero esclarecimento que em nada vai alterar esta situação. A **única coisa** que poderemos estar a conseguir é que os **limites do Parque não sejam definidos nos prazos que possam interessar ao Instituto de Conservação da Natureza**, que tenham **influência nos apoios do futuro QREN**, e que estejamos a **atrasar a definição de qualquer processo**. Assim sendo, questionou o Senhor Vice-Presidente sobre a urgência da tomada deste tipo de decisão. -----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que esta é uma **questão só da competência da Assembleia**, que não passa pela Câmara, pelo que só pode emitir uma opinião pessoal, dizendo que, se o Plano de Ordenamento do PNSE já está atrasado quatro anos, seria prejudicial para o seu prosseguimento e conclusão mais demoras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso esclareceu que se dão conta da dificuldade de negociação com o próprio Parque para reajustamento das áreas e das cotas que são de intervenção do Município ou que são de intervenção do Parque. Há anos que falam nisto, há anos que reclamam a revisão do PDM, do Plano de Urbanização. Entretanto, dão conta de obras que se fazem dentro do Parque — não no concelho de Manteigas —, que inicialmente ninguém imaginaria que pudessem vir a acontecer. Mas se essas mesmas obras fossem em Manteigas não seriam concretizadas e tem consciência de **projectos que foram recusados pelo Parque, por excesso de volumetria**, por exemplo, mas que **outros, noutras zonas, foram construídos**. Perante estas situações, perante todas as dificuldades que sentem de fora para dentro, dentro de uma mesma área, têm de **entender racionalmente porque é que estas alterações estão a acontecer**. E porque é que **aquelas que o Concelho de Manteigas reivindica, e colocou já em Conselho de Parque, não foram ainda revistas**. O que sentem é que há uma “discriminação” em relação ao Município e perante isso têm o direito e a obrigação de saber o que estão a fazer. --

-----O Senhor Presidente disse que esta questão da nova definição de limites não tem interferência no Concelho de Manteigas e as **questões** que coloca **têm pertinência nouro âmbito** que não tem propriamente a ver com este assunto concreto que temos em cima da mesa. Poderiam ser tema para outro tipo de discussão, pois o Senhor Deputado **falou de casos concretos** que era bom que todos tivéssemos conhecimento; ele, pessoalmente, por andar aqui há menos anos não conhece nenhum caso mas **gostaria de os conhecer também**, até na sua qualidade de técnico. Compreende o interesse em ter mais explicações sobre o assunto que se está a debater, que poderão ser benéficas, concorda; ele próprio ‘desviou-se’ desse pedido de explicações quando lhe deram a indicação clara de que não há qualquer interferência com o Concelho de Manteigas. O seu raciocínio foi o seguinte: se não há qualquer interferência no Concelho de Manteigas, se não se consegue alterar, neste momento, os limites do PDM, que estão directamente ligados aos limites do Parque, se não é isto que está aqui em causa, porque havemos de pôr obstáculos a um processo que vai ter interferência num plano que poderá a mais curto prazo permitir que o PDM de Manteigas seja revisto, que o Plano de Urbanização possa andar para a frente? A verdade é que o **PDM de Manteigas, o Plano de Urbanização e outras questões não andam porque há factores externos** que fazem com que não tenham



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

possibilidades de andar com a rapidez que se pretende. E isto não acontece só neste concelho, neste momento, acontece no país todo: não há nenhum PDM no país que tenha sido revisto na sua globalidade e há PDM's que já caducaram há nove e há dez anos. Isto acontece porque há factores externos que têm constrangido a renovação dos PDM's.-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso coloca a questão de até que ponto é que estes limites colidem ou não com a revisão dos PDM's de todos os concelhos e as novas áreas limites de construção urbana destes mesmos concelhos?-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não teve a preocupação de pensar na situação dos outros concelhos, tendo pensado apenas nas implicações para Manteigas, pelo que não sabe responder.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão dá a sua opinião, que é muito pessoal, dado até o envolvimento histórico que teve com estas questões. É dos que pensa que a **área do Parque é demasiadamente alargada** e daí, a razão de agora se avançar para uma ideia que tem sido defendida há muito tempo de **incluir nas áreas dos parques naturais a área propriamente protegida, as áreas pré-parque, que delimitariam depois a área exterior**. Esta ideia é **defendida há muitos anos pelos técnicos do Instituto para a Conservação da Natureza** e parece que começa agora a ter 'algumas pernas para andar'. Discorda, de forma salutar, da ideia de que esta **nova delimitação** não interfere com o Concelho de Manteigas. É evidente que **não interfere com os limites geográficos do Concelho de Manteigas** mas, se a consequência fosse essa simplesmente, ninguém teria de nos pedir a opinião. A verdade é que se a Assembleia Municipal de Manteigas der **parecer favorável**, forçosamente estaremos a dizer que **admitimos que as áreas azuis sejam incluídas e que as áreas encarnadas sejam excluídas**, ou seja, **estamos a tomar decisões para lá do Concelho de Manteigas**. Por outro lado, estamos a discutir o Parque Natural da Serra da Estrela, onde nos incluímos; portanto, o nosso voto é para incidir sobre o Parque Natural. Finalmente, e até lendo a lei, alguém disse aqui que a classificação das áreas protegidas é obrigatoriamente precedida de inquérito público e audição das autarquias. O inquérito público significa que qualquer pessoa pode dar a sua opinião e quereria dizer, na visão redutora desta Assembleia, que um cidadão da Guarda não se podia pronunciar sobre o parque natural do concelho de Seia, de Gouveia ou de Manteigas. Pode e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

deve fazê-lo, porque está previsto na lei. Quanto mais assembleias locais que são representativas de comunidades de cidadãos! Parece-lhe pois que, olhar para este documento apenas com a visão redutora, dado que não interfere com o Concelho de Manteigas, e dar-lhe parecer favorável, não corresponde à realidade. Nós estamos a debruçar-nos sobre o Parque Natural e, ao darmos **parecer favorável, estamos a incluir áreas e a excluir áreas, que até nem são de Manteigas**. Isto sob o ponto de vista fáctico, porque sob o ponto de vista filosófico e do **regulamento do território**, é mais que evidente que há inclusão e exclusão de áreas no Parque Natural que podem ter uma interferência com Manteigas: imagine-se, por exemplo, que **numa área a incluir se incluem espécies que também existem no Concelho de Manteigas**, seja da fauna, seja da flora; naturalmente, um **futuro ordenamento** destas questões tem de tratar da freguesia de São Pedro e da freguesia de Loriga (e que nem são do mesmo concelho). -----

-----O Senhor Deputado Luís Pedro Soares considera que o que se tem visto, até à presente data, do Parque Natural da Serra da Estrela, é a colocação de **entraves ao desenvolvimento de Manteigas**. Na sua opinião, o **Parque devia fundamentar porque reduz de um lado e aumenta do outro e qual o benefício que o Concelho de Manteigas terá ao aprovar os novos limites propostos**. Considera que o facto de Manteigas estar sempre a dar aos outros sem receber nada em troca já ultrapassa todos os limites do que é admissível e, pessoalmente, está na disposição de não aprovar ou de se abster nesta deliberação pois considera que o Parque tem de nos dar muito mais do que aquilo que nos dá. -----

-----O Senhor Presidente acrescenta que neste assunto Manteigas não ganha nem perde nada. A questão que se coloca é a de sermos mais ou menos informados sobre as razões que levaram a estes novos limites. Assim sendo, **pede à Câmara que este assunto seja esclarecido** com outra veemência e **suspende a aprovação desta deliberação para a próxima Assembleia Municipal**, pedindo aos **Senhores deputados que coloquem por escrito as questões** sobre as quais pretendem ser esclarecidos para que os técnicos da Câmara e, eventualmente, um técnico do Parque Natural, possam responder atempadamente. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão sugeriu que a **Câmara convidasse um técnico do Parque para estar presente numa próxima Assembleia Municipal**. Apreciaríamos as questões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

técnicas e científicas para as quais não estamos preparados, e nessa assembleia tomaríamos a posição oficial da Assembleia Municipal de Manteigas. -----

-----O Senhor Presidente informou então os presentes que procurará que estejam presentes os técnicos adequados para elucidarem os Senhores deputados na próxima Assembleia e pôs à votação a **retirada deste ponto da ordem de trabalhos**, que foi **aprovada por unanimidade**. ----

----- PONTO 3.2 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS -----

----- PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----O Senhor Presidente, referiu que o assunto constante do documento que fica junto a esta acta como **ANEXO 22**, e que foi entregue a todos os Deputados, já tinha sido abordado em reunião com o Senhor Presidente da Câmara logo no início deste mandato, porque entendia ser um assunto importante a discutir, dado que há elementos nesta Assembleia que se deslocam de bastante longe e pode haver situações que devem ser cobertas por seguros adequados. Os valores contemplados são os valores que estão definidos. Havendo solicitações dos presentes para intervir, passou o Senhor Presidente a palavra ao Senhor Deputado Albino Cardoso. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso pediu esclarecimento sobre a forma como foram definidos os valores apresentados no documento supracitado, que critérios estão na base da apresentação destes valores. Ao esclarecimento do Senhor Presidente de que os valores se baseiam na legislação, o Senhor Deputado referiu que a lei contempla um valor mínimo mas não estipula um valor máximo e questiona-se sobre a diferença entre os valores atribuídos para deputados, vereadores e presidente, quando, se tiver um azar e cair nas escadas dos Paços do Concelho, será exactamente nas mesmas circunstâncias que qualquer um deles. -----

-----O Senhor Presidente referiu que provavelmente um vereador permanente desce mais vezes as escadas que um deputado municipal, que só cá vem de dois em dois meses. Informou também que os valores constantes do documento são uma proposta que pode ser alterada, tendo então o Senhor Deputado proposto que se elabore uma recomendação à Câmara para que o valor seja igual para toda a gente, sem distinção. -----

-----O Senhor Vice-Presidente interveio então para esclarecer que esta é uma informação proposta que a Câmara apreciou na parte que lhe dizia respeito. A Assembleia Municipal é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

soberana para apresentar valores diferentes para os membros da Assembleia, mas não para os membros da Câmara cujos valores já foram aprovados em sede própria. Disse ainda que a lei refere que cada órgão autárquico aprovará os valores que entender como mais adequados. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso referiu que o que a lei permite é a devolução deste documento à Câmara com a recomendação que acabou de propor. -----

-----Gerada que foi alguma discussão em torno das várias opiniões, todas pertinentes, sobre esta questão, decidiu o Senhor Presidente da Mesa fazer um intervalo de dez minutos na tentativa de desfazer algumas dúvidas, de obter alguns consensos e encontrar um ponto de equilíbrio que possibilitem o desfecho deste ponto da ordem de trabalhos sem muitas demoras. -----

-----A seguir ao intervalo e antes de regressar ao ponto da ordem de trabalhos em discussão, a Senhora Deputada Ermelinda Salvado pediu aos presentes para **não mexerem nos botões dos microfones**. Informou que basta **posicioná-los de forma a captar o som** de quem está a intervir. A razão para este pedido prende-se, não só com as **palavras inaudíveis** por se ter desligado um microfone, mas também com a **dificuldade** que representa **para o Senhor Ruas**, técnico da Câmara que nos dá apoio, vir ‘a correr’ ligar novamente os microfones. Acresce que, neste espaço de tempo, **já se têm perdido palavras importantes das intervenções** dos senhores deputados que é praticamente impossível recuperar para elaborar uma **acta rigorosa**. --

-----O Senhor Presidente retomou então os trabalhos, informando que tem um extracto do Diário da República em questão, onde o artigo décimo sétimo do Estatuto dos Eleitos Locais diz: *“Seguro de acidentes § Ponto um: Os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respectivo órgão, que fixará o seu valor. Ponto dois: Para os membros dos referidos órgãos em regime de permanência, o seguro não pode ser inferior a cinquenta vezes a respectiva remuneração mensal.”* Com base nisto, parece óbvio que a Assembleia apenas se poderá pronunciar sobre o valor do seguro que diz respeito aos membros deste órgão. Assim sendo, perguntou ao Senhor Deputado Albino Cardoso se queria adaptar a sua proposta, ou se algum dos membros da Assembleia Municipal quer apresentar qualquer outra proposta. Referiu ainda que cabe a esta Assembleia fixar o valor do seguro para os membros desta Assembleia e votá-lo, de acordo com o parágrafo um do artigo décimo sétimo. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso disse então que retira a proposta, em primeiro lugar, e que propõe, em segundo lugar, que esta Assembleia proponha um valor que julgue adequado e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que o vote e dê posteriormente informação à Câmara do seu resultado. Considera ainda que há outras questões pertinentes. Por exemplo, qual o prémio do seguro que pode envolver a proposta que for aqui aprovada? Que implicações poderá vir a ter? -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares pensa que só nos cabe determinar os valores para os membros da Assembleia Municipal e por isso propõe que o valor para os membros da Assembleia Municipal seja igual ao valor para o Senhor Presidente da Câmara, ou seja, cento e quarenta e três mil, cento e cinquenta euros, uma vez que era este o valor que se debatia antes do intervalo e acha que não devemos voltar atrás nesta matéria. -----

-----Não havendo mais deputados interessados em intervir, e dado que se trata aqui de fixar o valor do seguro de acidentes pessoais para os membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente colocou a **proposta** apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Matos Soares à **votação**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade e por minuta**. -----

----- PONTO 3.3 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007 -----

-----O Senhor Presidente antes de passar a palavra aos presentes que querem pronunciarem-se sobre o **Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2007** [ANEXO 23], de posse dos Senhores deputados em suporte informático, referiu algumas questões. Primeiro, disse que teve o cuidado de analisar com algum rigor o orçamento que lhe foi apresentado e que foi posto à votação na sessão de Câmara, teve oportunidade de o discutir várias vezes com o Senhor Presidente da Câmara e com os Senhores Vereadores e diz que, sobre este orçamento, face a todas as limitações que hoje rodeiam as Câmaras Municipais e face a algumas indecisões que ainda pairam no universo autárquico, diz que este é um **orçamento claramente de contenção**, que procura prevenir-se face às dúvidas que subsistem relativamente aos efeitos práticos das regras da nova Lei das Finanças Locais. Portanto, não é um orçamento expansivo em relação a algumas obras de envergadura, para além daquelas que estão claramente indicadas no orçamento, porque algumas dessas obras obrigam à aplicação de verbas avultadas, que exigem um empenho e um financiamento por parte da autarquia, que neste momento não tem capacidade para lhes dar sequência, isoladamente. Tal situação, na sua perspectiva, não demonstra que os projectos que anteriormente foram apresentados no orçamento de dois mil e cinco, para os quatro anos do mandato, tenham sido abandonados ou estejam esquecidos. Acontece porém que haverá obras que ficarão à espera de melhor oportunidade, face às perspectivas que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

adivinham, nomeadamente as que entrarão quando o novo Quadro Comunitário estiver em vigor. De acordo com as informações que há, **as verbas do QREN não deverão estar disponíveis antes de dois mil e oito**. Assim sendo, esta situação condiciona de alguma forma o orçamento que a Câmara nos apresenta para o ano de dois mil e sete. Este Plano de Actividades e Orçamento é uma versão melhorada, e bastante melhorada, do anterior, e só não é mais ambicioso por falta de esclarecimento do QREN e pela impossibilidade de se apontarem no orçamento verbas que neste momento não estão garantidas. Face às regras que hoje definem a elaboração destes orçamentos não é possível contar com verbas antes de elas estarem devidamente ratificadas. Refere ainda que se este orçamento tivesse sido elaborado ontem já seria diferente porque, desde a sua execução e aprovação em sessão de Câmara, **já houve algumas novidades** em relação a alguns projectos, já houve **candidaturas** que foram **aprovadas**, valores que já poderiam constar deste novo orçamento. Finalizou dizendo que este é o **orçamento possível neste momento** para o Concelho de Manteigas, que não deixa de ser ambicioso, apesar de tudo, e **recomenda ao Executivo** que **esteja atento aos vários projectos** que estão em carteira, que os tenha convenientemente preparados para, no momento oportuno, **poder apresentar** as respectivas **candidaturas ao QREN** ou a quaisquer **outros fundos** que venham a aparecer. Passou então a palavra ao Senhor Deputado Albino Leitão.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão compreendeu bem as palavras do Senhor Presidente e considera que este fez de defensor oficioso da Câmara Municipal, mas a Câmara já tinha tecido estas considerações na parte introdutória do Plano. Pensa que, de uma forma sintética, a intervenção dos **Senhores Vereadores Esmeraldo Carvalhinho e António Fraga na Câmara Municipal retratam bem a situação**, primeiro, política com que foram elaborados estes dois documentos, depois a **perspectiva negra** com que o Município vai enfrentar o ano dois mil e sete. Quer realçar que a maioria política da **Câmara Municipal cometeu um erro imperdoável** sob o ponto de vista político: **não permitiu**, como fez o ano passado, **que os vereadores da oposição tivessem contribuído para a elaboração deste documento**, pelo menos não lhes terão sido dadas as mesmas condições objectivas que foram dadas o ano passado. Isso significa que a maioria política da Câmara se está a enclausurar na sua mera legitimidade formal. Tem o direito de o fazer mas não o deve fazer, sob o ponto de vista político, nomeadamente se quiser continuar a contar com a solidariedade política que lhe tem sido dada pelos membros do Partido Socialista para as grandes decisões. Ao ler a parte introdutória do plano, compreende que a Câmara não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tenha pedido essa colaboração, pois esta longa e bem escrita introdução é apenas um muro de lamentações a justificar as incapacidades previstas para dois mil e sete. Tudo serve de razão para se adiar: nomeadamente, referenciam que **são abandonados vários projectos estruturantes** que constituem, quer para o PSD quer para o PS, compromissos assumidos perante o eleitorado manteiguense, que exigiria que fossem implementados – e é preciso não esquecer que dois mil e sete vai constituir já a segunda metade deste mandato, isto é, temos cinquenta por cento deste mandato executado sem que a perspectiva para dois mil e sete possa ver a concretização dos grandes projectos anunciados. Citou então alguns números, já citados na declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista. Discorda, pois, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e diz-lhe claramente que **isto é a versão piorada do ano passado** porque, se compararmos os números, globalmente falando, de dois mil e seis para dois mil e sete, até há um aumento de verba, embora insignificante. Pergunta então, se com esta verba era possível fazer os projectos inscritos, porque não é possível fazê-los em dois mil e sete? Não se venha apenas com a **desculpa de que não há verba**, porque os **meios de dois mil e sete**, pelo menos na parte da provisão orçamental, são **ligeiramente superiores aos números de dois mil e seis**. Para além desta análise global, há outras situações concretas que merecem a consideração do Partido Socialista. Desde logo, a **questão do endividamento**: a Câmara afirma que as novas regras que aí vêm subvertem completamente a autonomia financeira do Município; pergunta como se pode escrever uma coisa destas se a capacidade de endividamento do Município está praticamente esgotada, em primeiro lugar e, em segundo lugar, quando a Assembleia veio aqui aprovar – e o Partido Socialista aprovou de boa-fé –, mais um recurso ao crédito, quase a perceber-se que se recorria ao crédito mais para esgotar um ‘plafond’ do que para integrar esse crédito numa gestão global e dinâmica? Como se pode concordar que a Câmara se queixe dos custos sociais derivados da prestação de serviços essenciais ao Município? Questiona então **qual é a missão de uma Câmara Municipal**: recolher o lixo para ter lucro? Vender água aos munícipes para ter lucro? Se isto corresponde a um custo social com prejuízo, porque é que a Câmara não tem a mesma visão no que se refere à acção social da Câmara, a que chama, pomposamente, no orçamento, ‘a bandeira desta Câmara’? Daí não compreender que se diga que se reserva para melhor oportunidade o lançamento de iniciativas. O **tecido empresarial** de Manteigas encontra-se, neste momento, **perfeitamente degradado**: a culpa não é só da Câmara, pois reconhecem que a produtividade dentro do Município é muito reduzida – a SOTAVE e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Fábrica de Águas estão na situação que todos conhecemos e a única entidade empregadora, reconhecem, é praticamente a Câmara Municipal. Estariam de acordo com ela desde que correspondesse a um dinamismo do investimento público em Manteigas e isso não acontece no Plano de Actividades para dois mil e sete. Ainda que, no que se refere à intervenção da Câmara, nomeadamente no ensino, a Câmara devesse ter o senso de deixar de afirmar todos os anos que vai lançar novas iniciativas neste campo, pois as bolsas de estudo e o emprego aos estudantes é acção social. Há doze anos que ouve falar do **desenvolvimento dos cursos profissionais** em Manteigas e tem legitimidade para confrontar a actual maioria política da Câmara para a seguinte pergunta, a que agradece resposta: **quando é que entra em funcionamento o curso de ambiente e recursos naturais?** Responder-lhe-ão que a Câmara não tem meios mas, mesmo assim, propõe-se aumentar (veja-se a página nove da parte introdutória): prevê-se já **mais uma tarifa** diferente das anteriores no **saneamento**, prevê-se **mais uma tarifa** para a **água** (página dez) e prevê-se no final um **aumento generalizado de três por cento para actualização de todas as tarifas** praticadas no concelho. “Afinal de contas, se a situação já está mal, vai tocar-se no bolso de quem ainda tem menos, que é exactamente o Município de Manteigas, são os nossos cidadãos, que não vêem criadas condições para o desenvolvimento e a Câmara Municipal é exactamente a esses que vai buscar mais receitas? Há situações que não se compreendem, algumas muito evidentes: como é que a Câmara Municipal anuncia para dois mil e sete a reparação/requalificação do **Parque de Merendas da Senhora de Fátima**, quando ele já foi começado há ano e meio, quando aqui já foi anunciado que a obra é da Junta de Freguesia, e afinal agora consta do Plano da Câmara Municipal? Mas nem tudo é mau neste Plano: quando há anos, era a maioria da Câmara o Partido Socialista, acusava-se a Câmara de não ter actividade cultural e, das **coisas boas que tem este plano é a reedição de quatro obras que foram os socialistas que as editaram** (Os Contos Serranos, do Doutor Isabel, Os Postais Ilustrados do Professor Isolino Vaz, a Monografia do Senhor Duarte Saraiva e a edição fac-similada do Foral de Manteigas). Até isso reflecte que a actual maioria esgotou a capacidade de investigação, de procurar novas coisas para Manteigas. Toda a gente sabe que há **vários historiadores, ligados a Manteigas, que dispõem de acervos importantes**, muitos deles tirados directamente da Torre do Tombo, que dão para publicar mais de mil páginas sobre Manteigas e vossas excelências têm que se sujeitar a ter que reeditar aquilo que nós, outros, antes de vós, já fizeram. Para concluir, no que se refere a números, é mais que evidente que de dois mil e cinco para cá a Câmara entrou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

numa **subida** estrondosa e permanente **de custos com o pessoal**. É uma espécie de autofagia em que o poder se exerce apenas para se manter, e para manter isso é preciso criar formas de atrair os munícipes que, muitas vezes, preferem o peixe à cana para pescar. Achávamos que em dois mil e sete iríamos ter a continuidade de um Plano dinâmico, estruturante, que se apresentou em dois mil e seis; lamentavelmente não é isso que acontece. Não somos nós que o dizemos, é a vossa literalidade que o diz: 'Reservamos para melhor oportunidade o relançamento de iniciativas'. Está tudo dito, isto é a confissão, desculpem a redundância, confessada da incapacidade da actual maioria da Câmara. Tenho dito".-----

-----O Senhor Deputado Luís Pedro Soares afirmou que constam do Plano algumas obras que considera fundamentais para a sua freguesia e reparou com algum desagrado que continua a **não fazer parte do Plano de Actividades** da Câmara Municipal o **Bairro Social em Sameiro**. Quer, por isso, aqui deixar a recomendação de que em futuros planos se inscreva esta obra que é, há muito, reivindicada para a Freguesia de Sameiro.-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares, a nível de números, quer apenas realçar que, em tempo de vacas magras em que o país está mergulhado, **a perspectiva negra** que o Município de Manteigas enfrenta **é igual à que enfrenta todo o país**. Daí o **Orçamento Geral do Estado** para dois mil e sete prever **grandes cortes a nível de investimento**; temos um governo que foi tão legitimamente eleito quanto a Câmara Municipal e o caminho seguido é exactamente o mesmo. Não podemos, de forma alguma, em tempo de contenção e com as limitações que nos são impostas, estar em dissonância com o país. Quanto à **venda de serviços aos munícipes**, concorda que não devem ter lucro – por isso é que são serviços públicos –, mas, segundo a lei, **também não devem dar prejuízo** e a Câmara tem assumido, ao longo dos anos, um valor bastante alto com esses serviços sociais que presta. O **aumento de despesas com pessoal**, pensa ter sido dito aqui, já mais de uma vez, que se deve essencialmente à **transferência de competências da Administração Central** para o Município. No entanto, e tendo como balizamento todos esses constrangimentos, gostaria de realçar que o valor das **despesas correntes no Orçamento** são apenas **trinta e oito vírgula três por cento**, enquanto as **despesas de investimento** são **sessenta e um vírgula sete por cento**, ou seja, o Orçamento prevê, para investimentos, praticamente o dobro do que prevê para despesas correntes. Qualquer boa gestão preveria isto e a Câmara está no caminho correcto: não fazendo milagres, faz os possíveis. E, dentro dos possíveis, parece-lhe uma gestão coerente e que a Câmara cumpriu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

exactamente o que lhe era pedido. Quanto à **falta de atractividade de investimentos** em Manteigas, concretamente ao definhar do nosso tecido económico, pensa que a **Câmara faz a sua parte, o tecido económico é que não cumpre a sua**. “Se não, vejamos: **quarenta e um vírgula dois por cento do investimento** feito pela Câmara é imputado a funções económicas, ou seja, qualquer coisa como cerca de dois milhões e meio de euros.” Num orçamento pequeno, como é o da Câmara de Manteigas, é um valor muito significativo porque representa, no global, cerca de vinte e cinco por cento, ou seja, um **quarto do orçamento é dedicado a funções económicas**. Não lhe parece que o tecido económico tenha razões para apontar à Câmara falta de arrojo e de tentativa de revitalização. Se o tecido económico não responde, a Câmara não terá muitos argumentos nem muitas formas para fazer uma outra dinamização. A Câmara investe em agricultura, silvicultura e pecuária – que são as rubricas do Orçamento que englobam todas estas situações –, mas se lermos o documento com mais atenção chegamos à conclusão que a silvicultura é a base predominante deste valor: **cerca de dez por cento do investimento são feitos na silvicultura**, que é essencial na zona em que nos inserimos. O **comércio e o turismo** recolhem **dez por cento do valor das despesas de capital**, que dá qualquer coisa na ordem de um milhão de euros. Não lhe parece que, num município tão pequeno como o nosso, um milhão de euros investido em comércio e turismo seja um valor baixo. As **funções sociais**, curiosamente, que são apontadas como a razão do despesismo desta Câmara, **representam menos de metade do valor das funções económicas**. Quer isto dizer que o Partido Socialista pretende justificar, sem base nos números e apenas politicamente, a posição que irá tomar, ou que, pelo menos, se perspectiva que irá tomar. Pela sua parte, não pode dizer que a **Câmara** tenha feito algo de extraordinário, mas na **situação actual fez os possíveis e congratula-se** por a Câmara fazer tudo o que está ao seu alcance para desenvolver o Concelho. -----

-----O Senhor Presidente, referiu-se à intervenção do Senhor Deputado Albino Leitão para dizer que o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não fez**, de forma alguma, o **papel de defensor officioso da Câmara**. Começou por dizer que fez várias reuniões com o Executivo, conversou bastante com o Senhor Presidente da Câmara, teve oportunidade de analisar este Orçamento, as realidades do Concelho, as dificuldades que se apresentam para o ano de dois mil e sete e **limitou-se a retratar o que considera de positivo no Orçamento** porque já sabia, antecipadamente e até pelo hábito desta câmara, que o **Partido Socialista se encarregaria de apresentar os aspectos negativos**. Não fez mais nada do que realçar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

aspectos positivos do Orçamento e, pegando numa notícia que teve oportunidade de ler neste dia, não fez mais do que fez o Senhor Primeiro-Ministro quando, em cartas enviadas ao Tribunal Constitucional, apontou as razões positivas da reforma da Lei das Finanças Locais. Curiosamente, fez rigorosamente o mesmo que o Senhor Primeiro-Ministro. Também não é de estranhar o início da exposição do Senhor Deputado Albino Leitão, apontando uma perspectiva negra para a Câmara. Do conhecimento que tem do Orçamento e da realidade da Câmara, neste momento, que é francamente maior e melhor do que a que tinha há um ano atrás, leva-o a crer que este é o orçamento possível. Outros poderiam ter feito de forma diferente, mas parece-lhe que perante a realidade dos factos, dos números e de como se deve elaborar um orçamento, do que a lei permite que seja contemplado num orçamento, não é possível, legalmente, fazer outro tipo de orçamento, porque não é possível considerar no orçamento verbas que não estejam certas na sua execução. Relativamente a este Orçamento, repete que o analisou e entende que é um orçamento de contenção e de rigor para o Concelho de Manteigas, mas é muito difícil, com os valores que estão em causa, criar situações novas e diferentes ou perspectivar algumas das acções que o Partido Socialista naturalmente aponta – e que o Executivo também gostaria de poder desenvolver, com outra capacidade, que não tem. Esta a razão da exposição que fez. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara, depois de cumprimentar os presentes, começou por dizer que, depois de ouvir o Senhor Deputado Albino Leitão, parece-lhe que o Senhor Deputado não vive no mundo em que vive o Presidente da Câmara. Teve oportunidade de perguntar a um político, há pouco tempo, como é possível um país com catorze distritos ter sete distritos com um milhão e setecentos mil habitantes e outros sete com quase nove milhões de habitantes? Como é possível que o Senhor Deputado ainda não tenha percebido que vive nesta metade direita do país, que vai de Bragança até Beja, e tem um milhão e setecentos mil habitantes, contra oito milhões e trezentos mil no resto do país. **Portugal é fatiado ao meio: uma parte é rica e desenvolvida**, a outra não. **A outra é pobre e com tendência a ficar cada vez mais pobre** porque os **governos** sucessivos, desde o Vinte Cinco de Abril, inclusive, **nunca viram que estão a contribuir para que o país tenha duas velocidades, dois regimes de desenvolvimento e dois destinos**. Ele próprio o disse em crítica directa a um dirigente que já foi governante deste país. “Mas parece que nós não vivemos no mesmo mundo, Senhor Doutor, até parece que Manteigas não é Portugal”. Nós fomos eleitos ao mesmo tempo que o actual Governo, sensivelmente. As perspectivas que o Governo transmitiu aos autarcas e ao povo português foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que estava tudo mal governado e que, com o Partido Socialista, não haveria restrições porque não era possível, nem era necessário – e até o famigerado défice era uma coisa que não se aplicava ao Governo PS que ganhou as eleições. Quando fomos para as eleições autárquicas, foi com esta perspectiva, embora sem termos feito promessas de trabalho e emprego. Eis senão quando tudo acontece ao contrário. Mais grave, as **Leis das Finanças Locais foram ‘abalroadas’ por sucessivos governos**. Os autarcas, que estavam convencidos que já tinham, por direito e mérito, uma parte activa na vida social e política do país depois de mil novecentos e setenta e quatro, foram perfeitamente colocados de lado, sendo embora um poder tão legítimo e capaz como o poder central. Conclusão: quando se fala em Lei das Finanças Locais, e quando o Senhor aqui falou da capacidade esgotada do financiamento através do recurso ao endividamento externo, isto não é nada que nos preocupe por aí além, pois já sabemos com o pouco que contamos. Uma coisa é certa, quando uma pessoa conta com uma verba a que tem direito, que depois não é legitimada, em subsequência de novas leis para a mesma realidade, as coisas mudam de figura e obrigam-nos a mudar de objectivos. Só estamos a ser sérios. “O Senhor quer comprar o seu andar porque tem um empréstimo garantido de cento e cinquenta mil euros, ou o que for. De um momento para o outro o acesso ao crédito é limitado por um decreto do Governo e o Senhor deixou de poder comprar a casa, embora as suas condições fossem exactamente as mesmas. Será que a culpa é sua e o Senhor é mau gestor?” -----
-----Como se isso não fosse grave, acaba-se em dois mil e seis o Terceiro Quadro Comunitário. Nós estamos a tratar do novo Quadro Comunitário, há um ano e meio, sensivelmente, e descobrimos agora que o Governo, porventura, só apresentará em Março, na União Europeia, as condições propostas por Portugal para o QREN e, portanto, em dois mil e sete não haverá financiamento. “Meus queridos amigos, sabíamos todos que este ano acabava o Terceiro Quadro Comunitário, que o Quarto começava em dois mil e sete, mas afinal só será em dois mil e oito. O Senhor Doutor diz que o problema é Manteigas, mas olhe à sua volta. Toda a gente se queixa e ninguém sabe ‘as linhas com que se vai coser’ no próximo ano. Nem sequer sabemos quais são as unidades territoriais que irão ser consideradas pelo QREN e de que maneira se farão as candidaturas. Sabemos que há núcleos possíveis (NUT’s III) como base de candidatura para processos plurianuais e para projectos pluri-concelhios, mas nem sabemos bem em que termos. Nestas condições, o nosso orçamento é o possível”. Para retorquir à primeira parte da intervenção do Senhor Deputado Albino Leitão, o Senhor Presidente da Câmara referiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que **este Plano de Actividades é um plano de continuidade, pois foi feito com base no plano para quatro anos** e não se retirou nem uma rubrica no Plano de dois mil e sete, ou seja, contém o que estava previsto no ano passado. Quando se submete, numa Ordem de Trabalhos, à apreciação e aprovação, qualquer situação ou proposta, significa que se houver correcções e alterações propostas, aprecia-se, corrige-se, altera-se, concorda-se ou não se concorda. Como **não havia alterações ao plano plurianual de dois mil e seis, era legítimo que não tivesse sido pedida à ‘oposição’ a sua intervenção na elaboração.** A ‘oposição’ entendeu não pensar da mesma forma, mas também não fez qualquer proposta de alteração.-----

-----“Mas nós temos, além da continuidade do Plano Plurianual de dois mil e seis, o rigor e, a legalidade. E legalidade significa POCAL, que é uma realidade que existe em todo o país e que diz o seguinte: ‘não posso considerar nas receitas do orçamento nenhuma verba que não esteja já devidamente ratificada e homologada antes da sua elaboração’. Teses temos, mas não as posso incluir. Tanto que há umas verbas que lá estão inscritas e que são ‘ridículas’, dir-se-á, em termos financeiros. ‘Porque é que lá tem uma verba tão pequena?’ Porque efectivamente não posso lá pôr outra. E como as receitas que tenho são só as autorizadas, e não posso inscrever verbas não homologadas, está lá a rubrica aberta, está abastecida financeiramente no limite máximo possível. **Não há, portanto, adiamento de projectos estruturantes; estamos a aguardar a maneira de nos podermos candidatar, porque a Câmara não tem receitas próprias e tem de se abastecer financeiramente no exterior.** Admira-me quando se querem confundir custos sociais com custos a apoio social. Fazemos apoio social num conjunto variado de acções que vão dos jovens aos idosos, da reabilitação à pintura de imóveis. Mas fazemos custos sociais quando suportamos cerca de quatrocentos mil euros (oitenta mil contos) em águas e resíduos, que deviam ser pagos pelos munícipes, respeitando o princípio do utilizador–pagador que os Governos e a União Europeia nos determinam: teremos que adaptar as nossas tarifas e criar a tarifa de efluentes. Será que o Governo do País não sabe as dificuldades dos portugueses? Deixou por isso de actualizar impostos e de criar taxas? O dinheiro dos custos sociais há-de ser investido em Apoio Social, mas para os que mais precisam. Não há agravamento. Há adaptação de tarifas no respeito pela lei”. Quanto ao adiamento de projectos estruturantes, como o Plano de Urbanização, o Plano de Pormenor e tantos outros, pensou que já tinha ficado esclarecido na primeira parte que **os planos de ordenamento territorial**, que são indispensáveis, aliás, mais que necessários, **estão dependentes do Plano Regional de Ordenamento do Território**, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

está a acontecer neste momento através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e dos planos de hierarquia superior, como é o caso do **Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela**. Também ouviu o Senhor Presidente da Mesa dizer que há planos que esperam ser revistos há sete e oito anos. Ouviu também o actual Secretário de Estado da tutela, uma pessoa que está ligada a Manteigas, questionar como é possível em Portugal não termos capacidade de revisão dos planos, no prazo máximo de um ano, um ano e meio. E é o próprio Governo que reconhece que não é possível sem mudar a lei. Neste momento **estamos à espera do Plano Regional de Ordenamento onde o nosso terá de encaixar**. “**O Senhor** passa depois para um ataque mais feroz, que me pareceu menos legítimo, quando **diz que a Câmara é uma Câmara-patrão. Se alguém aumentou e fixou o quadro de pessoal** desta Câmara com a dimensão numérica quantitativa que tem **foi o Senhor**. Eu não aumentei quantitativamente o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Manteigas. Se alguém deu o impulso de aumentar o quadro de pessoal desta casa foi o Senhor e tem cá exactamente o mesmo número de funcionários que tinha quando deixou o Executivo há treze anos. Não tem é o mesmo tipo de figurino de pessoal que tinha. Naturalmente muda o figurino em função das exigências – ainda bem que o fizemos –, **adaptámos os quadros àquilo que são as exigências modernas** de um município que se quer qualificado e, acima de tudo, **temos vindo a assumir tarefas do Governo Central**, como a educação, ao nível das auxiliares da educação pré-escolar, como as florestas, as acessibilidades, um conjunto de tarefas que temos vindo a receber através de contratos-programa e outros, o que implicaria aumentos de pessoal. E mais: até hoje, não houve nenhum manteiguense do ensino superior que quisesse estagiar em Manteigas que aqui não fizesse o seu estágio, o que traz custos com pessoal, mas significa que fazemos o nosso esforço, no sentido de fazer uma coisa muito bonita, que é tentar sediar os nossos jovens, jovens com qualificação. Dito o que disse e da maneira como disse, até parece que estamos a viver num mundo de fadas e não no mundo real. E o mundo é real. Esta Câmara não faz milagres mas quer dar continuidade àquilo que propôs, correndo riscos, alguns que não controlamos e por falta de receitas próprias – a Câmara Municipal tem cerca de dois por cento de receitas próprias, sendo que noventa e sete por cento das receitas são externas, pois não estamos ao nível da Amadora, de Sintra, ou Cascais, pois não temos loteamentos para fazer, para dar dinheiro –, para tentar executar os projectos necessários ou previstos. As tarefas que nos propusemos fazer foram estas que estão no Plano como previsão e desejo sensatos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----A Câmara contribuiu para o investimento público directamente e, com a **recuperação das casas degradadas** e milhares de euros investidos todos os anos **mobilizamos o tecido empresarial**, e inquestionavelmente criamos postos de trabalho. Estamos a fazer, directa ou indirectamente, formações de qualificação de activos desempregados. Já fizemos **mais de duas mil horas de formação**, com mais de **oitenta formandos**, directamente através da Câmara Municipal e de outras associações que estão connosco. Isto é muito importante. Se não se leva isto em linha de conta, o que é que se considera como apoio ao emprego e investimento? Efectivamente os empresários de Manteigas e de Portugal, por falta de arrojo ou por qualquer outra situação, não se propõem investir. Até a fábrica das águas que acabou de referir, está transitoriamente insolvente. O Senhor preparou tudo para que houvesse aqui uma fábrica de águas e que tivesse bons resultados. O facto é que, por motivos que são alheios à Câmara, não correu bem. Inclusivamente a Câmara que, tudo apoiou, que seria beneficiada a breve trecho e iria receber dois euros e meio por metro cúbico, a partir de dois mil e seis, está pendente de alguém que lhe dê respostas. Acredito que seja uma situação transitória e que tudo se resolverá. **Ao nível do ensino**, a Câmara fez mais do que podia: a começar pela reestruturação dos ensinos profissionais, e tem o Senhor o merecimento que tem por termos a **Escola de Hotelaria**, que começou com a Câmara de Manteigas e consigo. Nós não perdemos nenhuma turma, pelo contrário, **criámos agora mais duas turmas**, no nível imediatamente inferior, nível II, que é aquele que albergará alunos em abandono escolar. Nós temos que estar também com o ensino e muito preocupados com os níveis de abandono escolar, pelo que criámos duas turmas do nível II. Não só não estamos parados como não deixámos para trás não sei quantos alunos do segundo nível, que vão ficar exactamente na Escola de Hotelaria (a funcionar autonomamente como uma Fundação, em que a Câmara é fundadora), e **abarcará o curso sobre o Ambiente**, que está em reestruturação e que já propusemos seja criado. Quanto ao **Parque de Merendas da Senhora de Fátima**, é evidente que a Junta de Freguesia de Santa Maria se propôs fazer aquele parque de merendas. A dada altura as juntas de freguesia foram arredadas da possibilidade de candidatura a fundos estruturais. Para racionalizar meios e conseguir fundos, a Câmara assumiu a candidatura. Mal seria perder uma candidatura e uma obra no Concelho. Foi um acordo entre autarquias, sem envolver terceiros, contrariamente a outras situações que há por aí. Neste caso, a Junta de Freguesia pensava que tinha acesso ao financiamento; como tal não aconteceu, declinou o seu processo dizendo à Câmara para, se esta obtivesse financiamento, assumir a obra,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

e nós fizemo-lo.” Mudando de assunto, **não aceita a insinuação de que a Câmara tem pessoal a mais para ter dependências políticas.** As pessoas que cá estão, admitidas desde que é Presidente desta Câmara, vieram substituir funcionários que saíram e entram preferencialmente para a carreira técnica e técnica superior. Não quer dependências políticas nem pessoas para votarem nele. Antes pelo contrário, **há funcionários da Câmara** que são manifestamente **dirigentes de partidos que são opostos ao seu** e não lhe consta que, sobre essa matéria, tenha havido queixas de perseguição. A actual Câmara não está aqui para inventar Manteigas – Manteigas não precisa de ser inventada, pois tem as qualidades que são necessárias para se manter; mas é preciso ter muito cuidado porque, onde falham investimentos privados, onde falham as pessoas que criam situações de sucesso previsível, tudo pode falhar e a Câmara pouco poderá fazer. Quanto a esta Câmara e ao seu funcionamento **acredita que não falharão**, até porque a **Assembleia Municipal está cá para fiscalizar**, o que significa exactamente não dizer ‘blasfémias’, mas sim ‘fiscalizar’. Se os membros da Assembleia disserem que há algum desvio no que se chama eficácia e eficiência, tudo bem, agora dizerem que há **desvios relativamente a propostas de projectos que a Câmara considera estruturantes, não há nem houve.** A Câmara faz da gestão um balanço de seriedade, e distingue o que é possível e desejável do que é impossível. Propõe-se o que é desejável. Se a determinada altura do percurso não é possível, não é possível. Isto não é má gestão.-----
-----**Imaginação não falta.** Acha é que não se deve andar sempre a ‘inventar’. Também acha que há coisas muito boas em Manteigas: ainda há tempos lhe chegaram alguns textos da Torre do Tombo por um ilustre escritor de Manteigas; neles se dá nota do que se passava com as freguesias e com os párocos das freguesias, hábitos, costumes, riquezas das nossas terras e gentes de séculos passados, dignos de publicação. Sabe exactamente o que tem valor. O que está na Torre do Tombo também poderá ser publicado, mas **as obras que o Senhor Deputado acabou de referir têm muito valor e são reeditadas** exactamente por isso e **porque já se esgotaram as edições** que a Câmara tinha. Sobre a **textura do Orçamento**, a Câmara tem, por **ordem hierárquica de financiamentos**, primeiro, **transportes e acessibilidades**, segundo, **habitação e serviços colectivos**, em terceiro lugar o **turismo, os mercados e feiras**, em quarto lugar a **agricultura, silvicultura, caça e pesca**, em quinto lugar, a **cultura, o desporto e o lazer**, em sexto lugar as **actividades diversas** que especificaram e a **administração geral** ocupa o sétimo lugar de toda a hierarquia da pirâmide de gastos do Orçamento. Cabe, pois a esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Assembleia criticar. A Câmara é que tem de tentar levar a bom porto aquilo que se propôs realizar. Está convencido que se não continuar a haver factores que são exógenos, e que não podemos controlar, o Plano de Actividades será levado a bom porto. Alguém estará para julgar, depois da fiscalização da Assembleia. Das coisas que foram ditas, quer realmente **reforçar** que a **Câmara não se tornou patrão, não tem pessoal a mais, não cria dependências políticas e não abandonou propostas de projectos estruturantes**. Quanto à falta de imaginação, quer dizer que, antes pelo contrário, a Agenda Cultural para dois mil e sete, que está junto ao Plano de Actividades, é sem dúvida nenhuma a coisa mais perfeita que viu, em termos de agenda, nesta Câmara Municipal e neste Concelho. “Deixo aqui, Senhor Presidente, esta nota de defesa, que tinha de fazer, e só me meti com aquilo que me devia meter, que é aquilo que toca e bole com a sensatez e com aquilo que se chama o rigor de postura moral e ética. O que está mal, está mal – que seja dito! –, o que é ofensa pessoal, como esta Câmara-patrão, Câmara do apelo à política, abandono de estruturas, falta de capacidade de gestão... Efectivamente não reconhecemos virtude a estas acusações que nos foram feitas”.

-----O Senhor Deputado Albino Leitão agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara mas acha que há esclarecimentos que ficaram por dar. Pede ao Senhor Presidente da Câmara que esclareça **porque razão** há dezasseis, dezassete meses, **está o Parque de Merendas da Senhora de Fátima no estado em que está**, seja da Câmara ou seja da Junta de Freguesia. Como se começa uma obra daquelas e está no estado em que está, abandonada. Fica abismado quando se afirma que o **quadro de pessoal** de Manteigas, hoje, é o mesmo de há quinze anos. Não é o mesmo com certeza, nem quanto à quantidade, nem quanto à qualidade e muito menos o é quanto ao peso percentual dos custos de pessoal no orçamento geral da Câmara Municipal. Finalmente, o Senhor Presidente pediu-lhe que olhe à volta, o que faz e de onde tira dois exemplos: a **Câmara da Covilhã** – que é da mesma cor política desta Câmara – anunciou esta semana **grandes investimentos na área do turismo**, incluindo a recuperação do Sanatório dos Ferroviários; a **Câmara de Gouveia** que, num único mandato do Doutor Álvaro Amaro, fez a **via circular à cidade de Gouveia**. E a **Câmara de Manteigas** anda, pelo menos, **há oito anos a dizer que vai construir a via de cintura externa**. Concluiu dizendo que não faz ataques ferozes a ninguém mas, com toda a frontalidade democrática que o estatuto lhe permite, naturalmente terá de divergir das opções fundamentais desta Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que, se há **anúncio de investimentos, no turismo, na Câmara Municipal da Covilhã, nós também podíamos anunciar o investimento nas Penhas Douradas** que deve ser um dos grandes investimentos que irá acontecer se o QREN for por diante e se for pluri-municipal; também poderia anunciar que **estão aprovados dois hotéis para Manteigas**, neste momento, e poderia dizê-lo com alguma virtude porque sabe que o foram. Sabe que o PITER foi aprovado e sabe também que estão lá dois investimentos para Manteigas; se os vão executar ou não, não sabe. Agora, o **Sanatório dos Ferroviários nem sequer é da Câmara da Covilhã**; é de um particular e irá para a frente, a acreditar neste PITER, pois toda a gente sabe que foi aprovado. A **via circular externa de Manteigas já podia estar mais avançada**: primeiro, tiveram **forte oposição do Partido Socialista ao longo dos anos**, segundo, é uma alternativa que só podia acontecer depois de termos assinado um **contrato-programa com as Estradas de Portugal** e, a partir do momento em que foi assinado, as coisas foram avançando. Relativamente ao Parque de Merendas da Senhora de Fátima, não tem dois anos. A Junta de Freguesia é que deu nota de serem informados que não havia candidaturas para as Juntas de Freguesia. Só para as Câmaras. E foi nessa altura que a Câmara tomou conta do processo. Se há alguma atraso, a responsabilidade não é da Câmara. A Câmara candidatou-se à AIBT e a candidatura foi aprovada. Neste momento o processo está aprovado financeiramente mas a AIBT estava sem *plafond* e havia umas reservas possíveis que poderiam levar a que no final deste ano fosse à unidade de gestão e agora o Parque de Merendas tem verbas para avançar. Mas isto não teve a ver com a Câmara: a Junta de Freguesia, e bem, preocupada com a estética da zona quis intervir; a certa altura – porque alguém lhe garantiu financeiramente –, resolveu candidatar-se mas não tinha dinheiro próprio e socorreu-se da Câmara. A Câmara procurou o dinheiro e lá está, numa atitude bem cautelosa e de rigo. **Tem o dinheiro a partir de ontem, para o Parque de Merendas e para o Viveiro das Trutas**, e vai intervir nos dois projectos no sentido da qualificação. “Tudo isto tem um tempo, e não se pode comparar a Câmara da Covilhã à de Manteigas – não é que não tenhamos a mesma dignidade humana, mas não temos a mesma magnitude e, onde não há gente, não há quantidade, e em democracia o que vale é a quantidade; nós somos o concelho mais pequeno do Distrito da Guarda. Importa retirar ilações. Temos dois mil e poucos votos, o Distrito da Guarda já pouco conta no léxico nacional da democracia. Veja-se o desenvolvimento da Beira Interior, da Cova da Beira, e percebemos que, onde não há gente, os investimentos não acontecem. Não desistimos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

achamos muito bem que o Senhor Doutor Albino Leitão com a sua crítica sensata nos ajude a ter mais imaginação para não desistirmos”. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, concluídas as intervenções dos Senhores deputados interessados, **pôs à votação o Plano de Actividades e Orçamento para 2007**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dez votos a favor, uma abstenção e oito votos contra. O Plano de Actividades e Orçamento foi **aprovado por minuta**, pelo que tem efeitos imediatos.-----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou uma **declaração de voto [ANEXO 24]**, que vem corroborar a digna e altíssima declaração do Senhor Deputado Nuno Matos Soares, que passo a transcrever: *«Verificamos com agrado que apesar de todas as contingências negativas que afectam o país e principalmente a actividade das autarquias, com diminuição de recursos financeiros e dificuldades acrescidas no recurso ao crédito, o orçamento do Município de Manteigas, ao contrário da grande maioria dos orçamentos autárquicos, regista um aumento de cinco por cento, o que equivale a cerca de quinhentos mil euros. § Constatamos que o orçamento que nos é apresentado, para além de incluir todas as acções contempladas nas Grandes Opções do Plano para dois mil e seis, contém novas acções, de que destacamos o reforço da intervenção social, que está a ser levada até ao limite do que uma autarquia pode e deve fazer nesta área, a eficácia no funcionamento dos serviços, a divulgação das potencialidades do Concelho e o apoio ao empreendedorismo. § Ao contrário do que os Senhores Vereadores do PS afirmam em sessão de Câmara, não se abandona nenhum dos projectos ou acções previstas e anunciadas em dois mil e cinco, que mereceram à data o apoio unânime da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. § Reconhecemos que é imperioso avançar com os instrumentos de gestão urbanística e por isso lamentamos que os planos de ordenamento de ordem superior, como sejam o Plano Regional de Ordenamento do Território, o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, ou o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 não tenham evoluído como seria desejável. Deste modo, a exigida “integração activa das suas opções e determinações nos instrumentos de gestão territorial de ordem inferior, nomeadamente os planos municipais de ordenamento do território” (PROT Dois Mil e Seis, página dezassete) inibe a Câmara Municipal de avançar com um ritmo mais adequado na execução dos seus Planos. § Verifica-se que, em relação ao Parque Urbano de Vale de Amoreira, dotado com setecentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e sete euros não é retirado qualquer montante. Fomos informados pelo Executivo que em função da alteração do projecto inicial em curso, haverá até reforço de verbas. § Verifica-se que as dotações previstas para a recuperação do Edifício dos CTT, Silo Auto e Centro Comercial, tal como para a Fábrica do Rio, ou o Hotel Rural de Vale de Amoreira, nos anos de dois mil e seis e dois mil e sete, seriam manifestamente insuficientes se a opção de intervenção nestas acções fosse da exclusiva responsabilidade do Município. No entanto, com a possibilidade de serem*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

empreendedores privados a participar e a promover tais acções, minimiza-se o esforço financeiro exigível à autarquia, justificando-se assim uma previsão menor de verbas. § Como se sabe, o Covão da Ametade e o Covão da Ponte têm sido espaços geridos pelo Parque Natural da Serra da Estrela e têm sido reivindicados pelas Comissões de Compartes e pelas Juntas de Freguesia de São Pedro e de Santa Maria, a quem competirá a sua requalificação. Apraz registar que a dignidade de tais espaços e o seu interesse para o turismo do concelho levaram a que a Câmara Municipal, com acordo das entidades interessadas, tivesse apresentado duas candidaturas que foram aprovadas, mas consideradas não elegíveis por falta de verbas. Deverá o Executivo estar atento a futuras oportunidades no âmbito do QREN e do PITER para a Serra da Estrela. § Sabendo-se do rigor nas regras de execução do orçamento, não é possível propor a inclusão de previsão orçamental de verbas do QREN ou de financiamentos externos, constituindo isso uma violação grosseira da lei. Ainda assim, desconhecendo-se as normas de execução do QREN, o que à presente data se lamenta, dificilmente estarão reunidas condições para que haja financiamentos antes de dois mil e oito, o que naturalmente não é positivo para Manteigas. § Em jeito de conclusão e porque consideramos que existe um grande sentido de responsabilidade e rigor, o orçamento que nos é apresentado, com o reforço possível das dotações para as funções económicas, o prosseguimento e melhoria das intervenções ao nível da educação, da acção social, da habitação, da preservação do meio ambiente e conservação da natureza, da cultura, das acessibilidades, do apoio ao investimento e da promoção turística, desejamos que o mesmo possa ser cumprido na globalidade e superar até as nossas expectativas, pelo que votamos favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para Dois Mil e Sete. § Manteigas, vinte e dois de Dezembro de dois mil e seis.» -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão interveio para dizer que **isto não é uma declaração de voto** e para que fique **lavrado em acta um protesto**: “O Regimento da Assembleia Municipal diz claramente no artigo vinte e oito ‘cada membro tem o direito de fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto esclarecendo o sentido da sua votação’”. Disse que estiveram a ouvir justificações sobre o Covão da Ponte, sobre o Vale de Amoreira e, dirigindo-se directamente ao Senhor Deputado Manuel Carvalhinho, disse que teriam muito gosto em que, no período da discussão, estes assuntos fossem levantados, porque eventualmente outrem desta Assembleia podia ajudar a esclarecer todas estas questões. Assim, o assunto fica encerrado, o Partido Socialista nem tem hipóteses estatutárias de lhe responder e, lamentando dizê-lo, afirmou que isto não corresponde a uma declaração de voto.-----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho respondeu que **esta declaração de voto vem na sequência da declaração de voto apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista na**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sessão do Executivo da Câmara, daí tê-la referido e ter falado nestes exemplos em concreto. Se o Partido Socialista entende que esta declaração de voto nem disso se trata, tem todo o direito de o fazer. Antes da votação do orçamento, o Grupo Municipal do PSD ouviu e deixou ouvir todos os ditames dos “velhos do Restelo”, e guardou-se para esta altura e é esta a palavra do Grupo Municipal do PSD. -----

-----O Senhor Presidente passou então ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

----- PONTO 3.4 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

-----O Senhor Presidente disse aos presentes que foi previamente distribuída aos Senhores deputados a **Informação à Assembleia Municipal do Senhor Presidente da Câmara Municipal [ANEXO 25]**, chamando a atenção para a extensão da lista, onde constam imensos temas e onde são consideradas imensas situações, e perguntou aos senhores deputados se alguém queria pronunciar-se sobre o documento ou o seu conteúdo. Não havendo interessados em intervir, o Senhor Presidente passou de imediato ao ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO 4. DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- APRECIÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

-----O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém pretendia intervir, dando de imediato a palavra ao Senhor Deputado António Lívio Roque. -----

-----O Senhor Deputado António Lívio Roque, pedindo desculpa por não lhe ter sido possível abordar este tema no ponto dois da Ordem de Trabalhos, altura em que devia ter sido apresentada esta situação, chamou a atenção para o **documento que distribuiu aos senhores deputados** após o intervalo [ANEXO 26], particularmente para o segundo parágrafo do mesmo, onde se **solicita a informação das acções previstas para dois mil e sete, a serem integradas no Plano de Actividades da Rede Social**. Caso os presentes tenham informação relevante que desejem ver inscrita no referido documento, deverão, até ao dia onze ou doze de Janeiro de dois mil e sete, fazer-lhe chegar tal informação por escrito, ou depositá-la na Câmara Municipal endereçada à Assembleia.-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso referiu-se ainda ao ponto anterior para dizer que **falta aquilo que esta Assembleia Municipal aprovou** e cuja competência de apresentar a esta Assembleia é da Mesa da Assembleia Municipal. Não estando presente este documento, interroga-se se aquilo que nos regula nesta Assembleia é para cumprir ou não. Esclareceu,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

reportando-se ao documento que foi apresentado aqui na Assembleia de Fevereiro, que **seria suposto apresentar uma relação da evolução de uma série de obras**, projectos, que seriam distribuídos a cada elemento desta Assembleia, conjuntamente com a actividade do Senhor Presidente da Câmara. Reforçou que, aquilo que **foi aprovado na Assembleia de Fevereiro**, para receber informação permanente, **continua sem aparecer**. -----

-----O Senhor Presidente respondeu que não foi claramente isto que aqui foi dito. O Senhor Deputado Albino Cardoso interrompeu aqui para pedir ao Senhor Presidente que tornasse presente a acta de Fevereiro, aprovada em Abril de dois mil e seis, e que fizesse a sua leitura para confirmar que está a dizer a verdade, interferindo o Senhor Deputado Albino Leitão, também, para dizer que o assunto é grave, muito grave. Referiu então o Senhor Presidente que a gravidade que avocam é inculida pelos senhores e, fazendo a defesa desta Assembleia, afirmou que o assunto não tem nada de grave e só tem que ser real. Afirmou também que **foi feito aqui aquilo que nunca foi feito nesta Câmara, nem nesta Assembleia**, pelo que pôde constatar. “Os senhores pediram alguns **esclarecimentos sobre determinadas obras, foi pedido aos serviços da Câmara para elaborarem fichas** sobre as grandes questões, essas fichas **foram elaboradas**. Na minha opinião, não estavam suficientemente explícitas nem traziam a informação toda; **pedi para melhorarem as fichas**, as fichas **foram melhoradas** – são doze ou treze, que tenho aqui. Posteriormente eu disse que **iria procurar actualizá-las**, com o devido tempo, porque estas coisas não se conseguem de um dia para o outro. Os serviços da Câmara e os técnicos não estão ali propositadamente a trabalhar para a nossa Assembleia, porque **para isso teríamos que criar um quadro de apoio permanente à Assembleia** – como outras Assembleias têm e que nós em Manteigas, infelizmente, não temos –, que teria de trabalhar expressamente na actualização dessas fichas. Acontece que nesta altura do ano, com a preparação do orçamento, com a apresentação de candidaturas que têm prazos limitados para se poder concorrer, não foi possível voltar a actualizar estas fichas. Eu disse claramente que iria procurar que as fichas voltassem a ser actualizadas, mas não foi possível. **Não me comprometi a que essas fichas viessem sempre a acompanhar a informação do Senhor Presidente**. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso afirmou que não disse, nem está na sua intenção fazê-lo, que o Senhor Presidente se comprometeu. **Só refere que foi aprovada nesta Assembleia**, uma **proposta aprovada por todos nós**, para que juntamente com a Informação do Senhor Presidente da Câmara **fosse prestada informação da evolução das obras** lá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mencionadas. Quer, por isso, **que seja cumprido o que nós aprovámos com aquela proposta**, que dizia tão só que, complementarmente à Informação do Senhor Presidente seja dada informação da evolução dessas acções e dessas obras. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que se o Senhor Presidente da Câmara forneceu esta informação à Assembleia foi porque entendeu que neste momento era a melhor explicação possível que tinha. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão interveio para referir que em Fevereiro ou em Abril, foi aqui aprovado por unanimidade que a **Câmara Municipal faria um ‘relatório’ de uma série de obras elencadas** numa proposta escrita pelo Senhor Deputado Albino Cardoso, que em todas as Assembleias Municipais, para além da informação genérica do Senhor Presidente da Câmara, deveria vir o histórico, de forma a fazer a retratação sequencial da evolução desses projectos. Só se recebeu isso uma vez, de resto a Câmara Municipal não tem cumprido. E a Câmara Municipal só cumpre se quiser, mas fica com o ónus político de não cumprir. O órgão deliberativo deste Concelho é a Assembleia Municipal e as decisões da Assembleia Municipal estão acima das decisões da Câmara Municipal. -----

-----Perguntado que foi aos presentes se alguém tinha mais alguma questão a colocar, certificado pelo Senhor Presidente que ninguém se identificou, verificado que foi que não havia intervenções por parte do público, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e **deu a sessão por encerrada às vinte e três horas e cinquenta minutos**. -----

-----Desta sessão foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, pelo Senhor Primeiro Secretário e por mim, que a elaborei, na qualidade de Segunda Secretária da Mesa. -----

----- O Presidente da Mesa -----

----- *João Adelino Paixão Salvado* -----

----- O 1º Secretário ----- A 2ª Secretária -----

----- *António Lívio Martins Roque* ----- *Ermelinda Silva Leite Salvado* -----